Acervo ISA

CEDI
Povos Indígenas no Brasil
Fonte Zero Hora Class.: Política Ind. Oficial
Data 24/06/91 Pg.: 1393

Funai: SAE sabia dos abusos de Cantídio

A Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), sucessora do Serviço Nacional de Informações (SNI), tinha conhecimento desde fevereiro das denúncias de abuso sexual contra o então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, 64 anos, contra mulheres das tribos.

A acusação foi encaminhada ao coordenador da SAE, Pedro Paulo Leoni Ramos, pelo cacique Megaron, da nação caiapó, coordenador do Parque Nacional do Xingu. Na ocasião, Leoni confidenciou a um amigo que a demissão de Guerreiro era uma questão de dias e estaria relacionada ao surgimento de uma ocasião oportuna. A demissão se consumou na última sexta-feira.

Com a permanência de Guerreiro na presidência da Funai até o mês de maio, o cacique Megaron decidiu remeter cópia da denúncia ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e ao chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, general Agenor Homem de Carvalho, no último dia 14.

Um dos assessores do segundo escalão do Ministério da Justiça presenciou a conversa entre Passarinho e o general. De acordo com o testemunho deste assessor, Agenor Homem de Carvalho teria recomendado que o ministro esquecesse a carta e mantivesse Guerreiro e Megaron em seus cargos, para evitar um possível escândalo, de proporção, até, internacional.

Enquanto o ministro da Justiça decidia como agir, a carta do cacique Megaron foi publicada na Imprensa no dia 16, forçando uma atitude do Governo. Ao mesmo tempo, em sua recente visita aos Estados Unidos, o presidente Collor ouviu dos congressistas norte-americanos, em Washington, críticas à morosidade na demarcação das terras indígenas. Com a publicidade dada à carta e o episódio no Congresso norte-americano, surgiu o momento oportuno aguardado pela SAE para a demissão do presidente da Funai.

PROCESSO — O ex-presidente da Funai, que nega as acusações, anunciou que processará o cacique Megaron por calúnia, difamação e danos morais, com base no Estatuto do Índio, que ainda está em vigor. Se o novo já tivesse sido aprovado pelo Congresso, isto seria impossível. O assessor jurídico do CIMI, Paulo Machado Guimarães, disse ontem que Megaron é um funcionário da Funai e, por esta razão, as denúncias que fez deveriam ter sido imediatamente investigadas através de sindicância. Como funcionário da Funai, explicou o advogado, Megaron terá oportunidade, na Justiça, de provar suas denúncias, o que pode ser feito através do testemunho das índias que alegam ter sido sexualmente molestadas pelo ex-presidente da Funai. (AE)